

GRAMÁTICA E (CON)TEXTO: IMPLICAÇÕES NO DE LÍNGUA PORTUGUESA

FREITAS, Manoel Guilherme de.

PPGL/UERN¹

RESUMO

INTRODUÇÃO. Este artigo objetiva refletir sobre o uso da gramática nas aulas de língua portuguesa da E. E. Profª “M. E. de Freitas” do município de Pau dos Ferros - RN, a partir do uso da gramática no contexto atual do ensino. **METODOLOGIA.** Faremos reflexões sobre o uso da gramática nas aulas da referida escola, no tocante ao Funcionalismo Linguístico, tendo em vista que não faz sentido utilizá-la fora de um contexto real de uso. **RESULTADOS.** Percebemos que a gramática tem, no geral, outra conotação nas aulas de língua portuguesa, ou seja, não é mais o centro do processo ensino aprendizagem, logo não é utilizada por modismo. **CONCLUSÃO.** As aulas não estão mais presas ao Estruturalismo Linguístico, pois começam a despertar atenção e reflexão dos alunos sobre o uso da língua, em situações reais de aprendizagens.

Palavras-chave: gramática; aulas; uso; Estruturalismo Linguístico; reflexão;

Mestre em Letras/Português pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN e supervisor do PIBID/LETRAS/CAMEAM/UERN.

Considerações preliminares

O ensino de Língua Portuguesa começa a buscar alternativas exequíveis a sua materialização, principalmente na educação básica, tendo em vista que o foco central deixou de ser a gramática pela/na gramática e a incorporar, também, elementos discursivos, enunciativos, pragmáticos que transcendem a simples linearidade do texto impresso, já que este pode completar-se no outro, no discurso, na interação via enunciação.

Nesse sentido, a gramática normativa teve sua relevância, no entanto, não deve ser mais a protagonista do ensino de Língua Portuguesa, doravante, LP, por que não atende, na grande maioria, as expectativas existentes no ensino, tanto por parte dos professores quanto de pesquisadores e, principalmente dos alunos, pois em muitas situações de aprendizagens, ela não consegue responder pelo uso da língua em situações sociointerativas.

Dessa forma, o ensino de LP, também, não deve menosprezá-la, mas adequá-la ao contexto, ao uso, sem a nítida preocupação com a sua universalização, padronização, que existiu no Estruturalismo Linguístico haja vista ser essencial ao professor usufruir do domínio técnico-conceitual desta para lidar com a gramática funcional nas situações específicas do “autor/texto/leitor”, (KOCH & ELIAS, 2009, p. 12), ou modernamente, falantes/ouvintes/ escritor dos textos da língua.

I ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE SEU USO

Foi pensando nessa concepção de gramática, que não menospreza a norma, que objetivamos refletir sobre o ensino de gramática na educação básica da Escola Estadual

Professora “Maria Edilma de Freitas”, da cidade de Pau dos Ferros-RN, levando em consideração o contexto, o uso dos falantes, bem como as situações reais e específicas de aprendizagens, tanto na superfície abstrata do texto quanto no seu subjacente, que propomos discutir e/ou analisar sobre o ensino de língua portuguesa local à luz das teorias enunciativas e/ou interativas.

Para tanto, partimos das teorias enunciativas, discursivas e/ou interativas do estudo da língua, que desencadearão, necessariamente, reflexões em torno do ensino, da formação de professores, bem como da discrepância em que há entre o discurso oficial de gramática, passando pela tradição/convenção, até a função, o uso dentro de texto.

Neste âmbito, salientamos, outrossim, que não limitaremos a críticas em função do uso descritivo da gramática, porém a forma como essa gramática deve ser utilizada no ensino de língua portuguesa para que provoque os efeitos de sentidos pretendidos, ou seja, a melhoria dos alunos no que tange à leitura, à compreensão, à interpretação dos textos sejam falados e escritos, desde que dentro paradigmas funcionalistas, instigando os alunos o uso real da língua.

Dessa forma, não dispensaremos neste escopo teórico-metodológico, a concepção do de linguagem recente, que passa, obviamente, pelo o de texto, que considera não só os aspectos internos em sua constituição, mas principalmente, os fatores externos da textualidade, ou seja, o texto enquanto construto linguístico, porém portador de vários sentidos.

Assim sendo, a gramática deve ser ensinada nas escolas, conforme pesquisadores, Possenti (1997), Koch & Elias (2009, 2010), Cunha (2001), Cunha e Souza ((2007), Koch (2006), Travaglia (2001), dentre outros, documento oficial: PCNs (,1997, 2001). Contudo, a partir de situações reais de aprendizagens, sem que se recorra a listagens de regras soltas, que não condizem com as necessidades e aspirações dos alunos.

Contrariando alguns professores, nem por isso a gramática deve ficar em segundo plano nos estudos linguísticos, embora sua efetivação tenha sido inadequada nas aulas de Língua Portuguesa, justamente pelo fato de existir uma parcela considerada de professores que não têm o domínio teórico-técnico na sua utilização. Logo, estes acabam optando pelo simples, isto é, a reprodução de tópicos gramaticais, sem nenhuma vinculação com a realidade e as necessidades dos alunos. Portanto, há uma mistura e/ou

fusão de concepções de gramática no *habitat* escolar, o que acaba comprometendo a qualidade do ensino de Língua Portuguesa, devido às tendências pedagógicas contraditórias existentes *in loco* de sala de aula.

Logo, como não há uniformidade no ensino de LP, conseqüentemente a qualidade fica prejudicada, consoante estudos, pesquisas desenvolvidas. Isso ocorre, no geral, pelas seguintes razões: a primeira delas diz respeito à existência de um percentual de professores que estão arraigados à cultura da gramática, a segunda por não dominarem tecnicamente o uso no texto, tais professores usam como se fossem atividades didáticas separadas. Finalmente, uma parcela menor, que tem o domínio técnico-científico e abordam dentro do contexto, a partir de situações reais, sem a preocupação com as terminologias, as nomenclaturas, assim sendo, estes sabem explorar adequadamente para os alunos.

Tais razões apontam que a gramática está presente no LP, nem pode deixar de existir, pois o seu conhecimento é essencial para o domínio do código escrito da língua, da “variedade culta”, (TRAVAGLIA, 2001, p. 41), apesar de ser apenas uma das variações da língua existentes. Esta goza de prestígio, de tradição e deve ser ensinada nas aulas, para que os alunos busquem sua autonomia, promoção social na sociedade da qual faz parte, sobretudo se legitimada adequadamente, a partir das experiências linguageiras, das inovações sociais e tecnológicas, bem como dos contextos reais dos falantes nativos da língua.

Ressalte-se, também, que estas reflexões nasceram a partir do uso da gramática em nas aulas de Língua Portuguesa da escola-campo do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/UERN, através do subprojeto: Ler para retextualizar: interagindo com as linguagens, principalmente buscando entender as implicações do uso da gramática nas aulas de língua portuguesa.

Logo, é com base nesse uso, a partir de num contexto escolar plural, que pretendemos expandir as reflexões em torno do uso da gramática no ensino de língua portuguesa, vendo-o, principalmente pelo viés sócio comunicativo e interativo dos estudos da linguagem, incorporando os “gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1979, p. 279), conseqüentemente os gêneros textuais como elementos definidores do processo ensino-aprendizagem da educação básica, de forma que pudemos melhorar nossa prática escolar,

para que possamos ajudar os alunos na abstração dos tópicos linguísticos dentro dos textos, nas situações reais de aprendizagens e com os textos que circulam na sociedade moderna.

Dessa forma, o ensino com a gramática pode contribuir na formação cultural e social dos alunos, na medida em que não chega a negar a eficácia do uso desta, mas o que se critica é a maneira como se efetiva nas salas de aula pela maioria dos professores, pois o acesso à norma culta pode ser alimentado através da exploração contextualizada de suas regras, sem, necessariamente, ser a condição central do processo ensino-aprendizagem.

Se assim fizer o professor cotidianamente na labuta escolar, não tem como os alunos não avançarem na leitura, na escrita e produção textual, tendo em vista que a regra pela regra, fora de um contexto real, não faz sentido para os alunos, bem como vira monotonia, conseqüentemente, gerará desinteresse por parte dos alunos.

Por isso, é nessa perspectiva funcionalista de que a gramática deve atuar no ensino, sem que se recorra à tradição gramatical para explicar os fatos da língua, ancorada na leitura, escrita e produção textual, tendo nos gêneros textuais a base necessária a sua efetivação, sem imposição, mas partindo de situações reais de aprendizagens dos alunos, dentro dos textos lidos e produzidos.

Portanto, o uso da gramática ou não no ensino tem inúmeras implicações teórico-metodológicas no ensino, principalmente define tanto a concepção dos professores de LP, quanto à eficácia do ensino. Pois, se os professores usarem com exclusividade tem-se a tendência tradicional, se mistura com o texto, a tendência moderna, ou para críticos, progressista. Finalmente, se usam quando forem necessário e contextualizado, os funcionalistas.

Nesse sentido, a primeira tendência tem sido foco de críticas, por que não ajuda na formação do leitor. Logo, a qualidade do ensino para o atual estado da língua é deficiente, já que este deve centrar na enunciação viva dos falantes, pois a língua é de *natureza social* (BAKHTIN, 1995, p. 179), a segunda, incorporou o texto às aulas, embora que, às vezes, não sabem como utilizá-lo de maneira produtiva. Por fim, há os que centram na leitura e produção de gêneros textuais diversificados, o desempenho dos alunos poderá ser melhor na escrita, na fala, já que não se comunica por frases soltas, mas

por textos, assim como “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum por algum gênero” (DIONÍSIO, 2002, p. 22).

Portanto, foi partindo de reflexões sobre gramática e suas implicações teórico-metodológicas no ensino, tem-se procurado buscar novos horizontes, revendo as nossas concepções pedagógicas, bem como superando as velhas dicotomias através de conhecimentos não só pragmáticos, empíricos, mas principalmente funcionalistas, que são essenciais ao ensino de LP e a formação do professor, despertando no leitor a “competência comunicativa dos falantes” (TRAVAGLIA, 2001, p 41).

II GRAMÁTICA: AINDA É PRECISO NA ESCOLA?

O ensino de Língua Portuguesa passa por mudanças, embora não haja, ainda, um consenso entre os professores sobre uma única linha de trabalho docente, já que existem no espaço escolar tendências pedagógicas contraditórias, tendo em vista que é muito forte a presença do Formalismo Linguístico. Certo ou errado, o fato é que nós, professores, continuamos reproduzindo o modelo laico de ensino, embora este já tenha sido comprovado através de pesquisas, dissertações, teses, que tem sido ineficaz, principalmente quando se leva em consideração à formação do leitor crítico.

Isso porque a leitura, a produção de texto, no geral, ficou relegada em segundo plano, já que o foco central do processo ensino-aprendizagem está no “vocábulo formal e análise mórfica” (JÚNIOR, 1991, p.69), “constituintes oracionais” (KOCH & SILVA, 1993, p.14). No entanto, esse modelo exige por parte do aluno abstração, mecanização sem que haja a contextualização dos enunciados, especialmente quando se depara com a produção de texto.

Neste âmbito, mesmo com fortes argumentos contrários ao uso dessa pedagogia, sua presença é muito intensa no ensino do país (Brasil), já que há uma parcela significativa de professores de Língua Portuguesa, que a defende como se fosse algo inquestionável, justificada por ser norma, tradição, como se a língua fosse essencialmente à escrita. E, a fala, a sua “contraparte” (SAUSSURE, 1995), não se ensina? Qual o papel desta última dentro dos estudos da língua? Se os falantes nativos nascem, ouvindo-a, falam e, só numa etapa posterior, escrevem. Disto tudo, discorre que a “língua é um

produto social dos falantes, por meio da qual as pessoas se comunicam e interagem entre si” (CEREJA & MAGALHÃES, 2005, p. 15). Portanto, serve as mais variadas formas de comunicação e/ou interação entre os sujeitos.

Nesse sentido, a fala e a escrita são modalidades complementares e não opostas, sendo que centraremos na concepção de língua dentro dos aportes teórico-metodológicos do Funcionalismo Linguístico pela contribuição que tem dado recentemente aos estudos da linguagem, haja vista que a forma linguística em uso determina a sua função. De outro modo, existe uma motivação inerente tanto interna quanto externa, fruto de pressões do sistema linguístico. Dessa forma, esse “paradigma linguístico” (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 17), concebe a língua como um produto de interação entre os sujeitos, haja vista ela ser social e “dialógica” (BAKHTIN, 1995, p. 223). Assim sendo, concordamos com Cunha & Souza (2007, p. 7), quando afirmam:

A língua como uma atividade social enraizada no uso cotidiano e condicionada por pressões advindas de situações de interação variadas, e a gramática como uma estrutura dinâmica e maleável, que emerge das situações cotidianas de interação.

Com efeito, a gramática é uma necessidade, porém a partir das situações interacionais da língua, sendo, portanto, deve ser maleável e dinâmica, contrapondo as definições histórico-comparativas e estruturalistas anteriores. Se ela é dinâmica, então, por que insistir num modelo pedagógico de ensino de língua, distorcido das aspirações e necessidades dos alunos?

Logo, as explicações podem ser várias, a própria tradição, a falta de conhecimento do professor de LP, a disposição dele para com o planejamento, bem como mais disciplina e organização das atividades didáticas, habilidade e dinamicidade nas situações corriqueiras de linguagem, seleção de gêneros textuais diversificados e/ou adequados, leitura e produção de texto dentro do contexto. Enfim, requer do professor procedimentos didáticos eficazes quanto ao uso da língua. Neste contexto, os professores optam pelo simples, que é reprodução linear dos significantes impressos, principalmente pelo fato de ser escrito, estando à disposição para a cópia.

Neste contexto, a presença ou não da gramática no ensino de LP tem gerado controvérsias, embora nos leve a uma certeza, ela deve ensinada nas escolas, pois mesmo não sendo utilizada adequadamente, tem dado sua contribuição. Assim sendo, para Possenti (1997, p. 64-72), a gramática pode ser: “funcional, normativa descritiva, internalizada”, enquanto Travaglia (2001, pp. 30-37), além destas, acrescenta: “histórica, universal, comparada, implícita, explícita ou teórica, reflexiva, contrastiva ou transferencial e geral”. Já Vieira & Brandão (2007, p.186) mencionam: “tradicional, descritiva e funcionalista”. Portanto, as divergências são inúmeras, mas todos são unânimes em dizerem que elas não dão conta de todos os fenômenos da língua. Ainda sobre gramática, Possenti (1997, p.64) comenta:

Gramáticas normativas a primeira definição de gramática – conjunto de regras *que devem ser seguidas* – é a mais conhecida do professor de primeiro e segundo graus, por que é em geral a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. Com efeito, como se pode ler com bastante frequência nas apresentações feitas por autores, esses compêndios se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a “falar e escrever corretamente”

Portanto, a gramática normativa chega a ser quase uma lei, não podendo ser questionada, nem tão pouco menosprezada dentro dos estudos da língua, a ponto de “ajudar” o homem a falar corretamente. Assim sendo, há uma supervalorização em relação à fala. Com isso, legitima um modelo de ensino ultrapassado, partindo de princípios de análise morfosintáticos, semânticos e/ou estilísticos distantes das situações sócio interativos e discursivas do uso da língua.

Nesse modelo pedagógico, o professor atua como reproduzidor, já que reprime a enunciação, logo não tem voz, silencia, fica “assujeitado” (KOCH, 2006, p. 14) dentro do seu universo, sem que leve os alunos a questionar, a opinar e a refletir sobre o seu processo ensino-aprendizagem. Logo, há “políticas de fechamentos” (MUSSALIN, 2005, p.243). Nesse sentido, a autora (IBIDEM, p. 224) reforça:

Essas políticas de fechamento, como os mecanismos de controle do discurso e do sujeito, postulado por Foucault (1996), agem contra heterogeneidade, e imprevisibilidade do discurso. Principalmente, elas estão na convergência de três desses mecanismos: disciplina, sistema de apropriação de conhecimento e sociedade do discurso. Pode-se dizer que há discursos sobre língua autorizados, produzidos por sujeitos autorizados (que constituem uma sociedade de discurso) que são formadores de opinião, esses interferem na imagem que a sociedade faz da língua.

Dessa forma, não é tão simples quanto aparenta, pois os professores não têm conhecimento deste universo cultural em questão e acabam alimentando muito mais sua legitimação do que a mudança de concepção. Assim sendo, afeta diretamente a sala de aula, tendo sérias implicações teóricas - metodológicas na qualidade e no rendimento dos alunos, através da pedagogia da cópia adotada. No entanto, o professor acredita e/ou pensa que está atingindo os objetivos pretendidos em língua portuguesa.

No entanto, esta concepção tradicional de ensino tem recebido inúmeras críticas, por que despreza as noções linguísticas do outro, da enunciação, das vozes, dos interlocutores reais. Enfim, limita aos aspectos internos do sistema abstrato da língua, haja vista não ter nenhuma vinculação com os fatores externalistas da linguagem, ou macros textuais da língua: a situação, o contexto, a intencionalidade, os papéis sociais dos sujeitos.

2.1 A GRAMÁTICA FUNCIONALISTA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Esse modelo de ensino tem na gramática o foco central no processo ensino-aprendizagem dos alunos, pelo fato da comunicação humana não se dá de maneira fragmentada, mas por textos, de maneira que as regras (usos) devem ser contextualizadas, a partir de motivações internas e externas, que o sistema linguístico exige.

Logo, essa concepção de ensino de gramática que considera, principalmente, o uso em relação a um contexto social, mediada por sujeitos reais, designa de

Funcionalismo Linguístico. Para ele, a língua é maleável, dinâmica e parcialmente arbitrária. Sobre esta corrente linguista, Cunha (2001, p.1) reforça-nos:

Vincula gramática e discurso, numa perspectiva de explicar a forma da língua a partir das funções que ela desempenha na comunicação. A gramática é compreendida e interpretada no discurso, nos diferentes contextos cotidianos de interação. A sintaxe é concebida como resultado de cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes.

Essa definição rompe com os paradigmas gramaticais independente da época, ao mesmo tempo em que não descarta a utilização da gramática no ensino, desde que considere o eixo “uso-reflexão-uso” (PCNs, 1997, p. 44), que, obviamente, desencadeará ação-reflexão-ação acerca da língua. Assim sendo, segundo este documento, aparecerá como “Prática de leitura”, “Prática de produção de texto” e “Análise e reflexão sobre a língua”. (IBIDEM, 1999, p. 44). Portanto, o estudo da língua não limita mais só a uma das variedades existentes, a norma culta, mas a eixos que se complementam harmoniosamente, sem existir bipolarização ou divisão em partes: estudo de gramática, de produção de texto (redação) e de literatura.

Por isso, pretende-se rever a postura do professor de LP, o que leva, ainda, a reproduzir um ensino distante da realidade social dos alunos, numa época em que os jovens estão bombardeados de informações, pelo fato de ter acesso às novas tecnologias, já que usam celulares, internet, adquirem revistas, logo isso não é interação? Não é diálogo? Não seria língua? Afinal, como explicar que o professor está alheio às transformações da sociedade moderna na sua grande maioria?

Dessa forma, foi pensando sobre o ensino, a partir de sua evolução, variação, que não lida com modelos universais de gramática internalizada e/ou “ideal dos falantes” CHOMSKY (APUD SILVA, 1993, p. 41), mas à luz de questões emergentes no ensino, independente de ser da linha da linguística sistêmica funcional – LSF, ou a do Oeste americano, o fato que a contribuição funcionalista no ensino tem sido relevante para as mudanças pretendidas.

Portanto, a questão não está no ensino da gramática, mas como se ensina essa gramática de maneira significativa, a partir de situações sócio interativas, abdicando do formalismo e levando em consideração às situações reais e comunicativas da língua.

Considerações finais

O ensino de gramática é fundamental, mas a partir de situações reais de aprendizagens, ou seja, no uso específico da enunciação, jamais como pretexto para uso no texto, o que não faltam são situações em que podemos tratar desse uso, de forma sistemática e assídua. Ocorre que, às vezes, o professor pode ter conhecimento limitado da norma culta, acaba não sabendo explorar a gramática como deveria ser.

Dessa forma, ela não deve ser o centro do processo ensino aprendizagem, mas a ferramenta de apoio de todo o professor, para em situações reais, adequar o uso ao contexto imediato. Dessa forma, o ensino de língua portuguesa na escola–campo do subprojeto: Ler para retextualizar: interagindo com a linguagem, tem tratado o ensino numa perspectiva sócio discursiva, então, ela aparece quando há necessidade para fixação de uma regra, ou mesmo para diferenciar de outros usos existentes, nunca com o foco central do processo ensino aprendizagem.

Portanto, pensar o uso da gramática numa perspectiva funcionalista é oferecer um ensino crítico de gramática, no qual os alunos possam pensar racionalmente e criticamente sobre os usos da língua, a partir das subjetividades, intencionalidades, registros, modalidades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (Volochínov). **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução L. Y. F. V.. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRANDÃO, S. F. & VIEIRA, S. R. (Orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa**, 2001.

_____. **PCN**, 1997.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005. V.1.

CUNHA, M. A. F da. **Abordagem funcionalista: a contribuição à formação do professor de português**. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. & SOUZA, M. M de. **Transitividade e seus contextos de usos**. Rio de Janeiro Lucerna, 2007. (Coleção Tópicos em Linguagem).

DIONÍSIO, Â. P. (Orgs). **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. & ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

JÚNIOR, J. M. C. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 20^a ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1991.

MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: SP: Mercado de Letras, 1997.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix. 1995.

SILVA, M. C. P. DE & KOCH, I.V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2001.